

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.845 - RJ (2015/0027329-0)

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PROCURADOR** : DEBORA FERNANDES DE SOUZA MELO E OUTRO(S) - RJ142063  
**RECORRIDO** : ENOQUE ALEIXO RAMOS  
**RECORRIDO** : LECY MARQUES PIMENTEL  
**ADVOGADOS** : CELSO RICARDO FREITAS CAVALCANTI E OUTRO(S) - RJ072284  
MARCIA CRISTINA DE LEMOS CAVALCANTI - RJ121604

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ, fl. 164):

Apelação Cível. Pedido de revisão de pensão. Reajuste concedido pela Lei Estadual nº 5.081/2007 aos servidores da Secretaria Estadual de Saúde. A pensão por morte deve corresponder à integralidade da remuneração que seria percebida pelo servidor falecido. Constituição Federal.

Art. 40, § 5º, em sua redação original, e §§ 3º e 7º com redação anterior à Emenda Constitucional nº 41/2003. Redução da verba honorária. Ajuste quanto à disposição dos juros de mora. Provimento parcial do recurso.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 178-181).

Sustenta o recorrente a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto no art. 535, II, do CPC/1973.

Assevera que o acórdão foi omisso em apreciar os seguintes pontos (e-STJ, fl. 186):

No entanto, nada se mencionou acerca da ilegitimidade passiva do Rioprevidência, o que levaria à extinção do feito na forma do art. 267, VI, do Código de Processo Civil, tampouco sobre a ausência de comprovação nos autos da data de aposentadoria das demandantes, imprescindível para verificação, *in casu*, da incidência ou não dos critérios da paridade e da integralidade, restando por violado também, desta forma, o art. 333 I do mesmo diploma legal.

No mérito, aponta ofensa aos arts. 3º e 267, VI, do CPC/1973, sob a alegação de ser parte ilegítima para figurar no polo passivo, pois à autarquia recorrente caberia apenas pagar os benefícios ou revê-los por fatos supervenientes.

# Superior Tribunal de Justiça

Assim, sustenta que o processo deveria ser extinto sem resolução de mérito.

Por outro lado, alega contrariedade ao art. 333, I, do CPC/1973, pois "em nenhum momento as Recorridas lograram comprovar a data em que ingressaram na inatividade, informação de suma importância para se estabelecer o regime jurídico constitucional aplicável" (e-STJ, fl. 190).

É o relatório.

Não merece prosperar a tese de violação do art. 535, II, do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada, resolvendo as questões suscitadas pelo recorrente.

Com efeito, a Corte de origem concluiu, adotando a fundamentação aliunde, pela legitimidade da autarquia recorrente (e-STJ, fl. 166):

Inicialmente, há de se destacar que a parte ré ostenta plena legitimidade para integrar o pólo passivo da presente relação processual, uma vez que, conforme corretamente observado pelos autores, o artigo 1º, parágrafo primeiro, da Lei n. 3.189/1999, confere ao réu a possibilidade de integrar o pólo passivo de pretensões que tenham, como objeto, o pagamento de qualquer benefício previdenciário.

Sendo assim, não há que se falar em omissão, obscuridade, contradição ou erro material do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pelo parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ele propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015.

1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado ou para corrigir erro material.

2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no REsp 1.211.307/RJ, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 21/9/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MEDIDA CAUTELAR FISCAL JULGADA PROCEDENTE. HONORÁRIOS DE ADVOGADO DEVIDOS, PELA PARTE VENCIDA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBATÓRIO, CONCLUIU QUE NÃO HOUVE PERDA DE OBJETO DA MEDIDA CAUTELAR FISCAL E QUE, SENDO A RÉ, ORA AGRAVANTE, VENCIDA NA CAUSA,

COMPETIA-LHE O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, NO QUAL FOI ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 20 E 535 DO CPC/73, POR INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. [...]

III. Não procede a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73, pois, na forma da jurisprudência firmada pelo STJ, sob a égide do CPC/73, os Embargos de Declaração têm, como objetivo, sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão. Não há omissão, no acórdão recorrido, quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre as questões postas nos autos, adotando fundamentos suficientes para embasar a decisão, tal como ocorreu, in casu, em que a questão em torno da alegada aplicabilidade do princípio da causalidade foi decidida, pela Corte de origem. Com efeito, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: STJ, REsp 739.711/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 14/12/2006. Além disso, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Em igual sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 23/04/2008. [...]

(AgInt no AREsp 1.060.570/MT, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 24/8/2017)

Por outro lado, a alegada ausência de documentos comprobatórios da data de aposentadoria dos autores não foi suscitada no recurso de apelação, ocasião em que apenas se sustentou a inexistência de provas da defasagem dos benefícios previdenciários, de modo que não há se falar em omissão na decisão recorrida.

No mérito, a alegada ilegitimidade passiva do recorrente foi afastada com base em norma estadual, conforme excerto anteriormente transcrito.

Portanto, a análise da controvérsia posta nos autos demandaria o exame de legislação local, providência vedada nesta via recursal, segundo a aplicação analógica do enunciado n. 280 constante da Súmula do STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. EX-CÔNJUGE DE SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL FALECIDO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 217 E 218 DA LEI 8.112/1990 E DOS ARTS. 75 E 76 DA LEI 8.213/1991. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL. SÚMULA 280/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA.

1. Não se conhece de Recurso Especial em relação à ofensa aos arts. 217 e 218 da Lei 8.112/1990 e aos arts. 75 e 76 da Lei 8.213/1991 quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Incidência, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. A demanda foi dirimida no acórdão recorrido com base em Direito local

# Superior Tribunal de Justiça

(Lei Complementar Estadual 64/2002 e Decreto Estadual 42.758/2002, fls. 209-221, e-STJ). Logo, é inviável sua apreciação em Recurso Especial, em face da incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF: "por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

3. Fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1.749.493/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 11/3/2019)

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PLEITO DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE A SOBRINHO-NETO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. LCE 180/1978 . IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO ACERCA DE NORMA LOCAL. SÚMULA 280/STJ. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ

1. Cuida-se de inconformismo contra decisão do Tribunal de origem, que não conheceu do Recurso Especial, sob o fundamento de incidência das Súmulas 7/STJ e 280/STF, haja vista que não há previsão legal de sobrinho-neto como beneficiário de pensão por morte, consoante o art. 153 e §4º do art. 147 da LCE 180/78, motivo pelo qual não se pode conceder o benefício.

2. O órgão julgador decidiu a questão após percuente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que reexaminá-los é vedado em Recurso Especial, pois encontra óbice no édito 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

3. Verifica-se que o Tribunal *a quo* decidiu de acordo com a jurisprudência do STJ, de modo que se aplica à espécie o enunciado da Súmula 83/STJ: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

4. O aprofundamento da presente questão demanda reexame de direito local, o que se mostra obstado em Recurso Especial, em face da atuação da Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, adotada pelo STJ: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

5. Agravo a que se nega provimento.

(AREsp 1.183.086/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017)

De outro lado, verifica-se que o Tribunal de origem não emitiu qualquer juízo de valor acerca do art. 333, I, do CPC/1973, estando ausente seu necessário prequestionamento, o que atrai a incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial, e nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

